

A heterogeneidade *da* escrita por meio de expressões formulaicas¹

Adriana Beloti

Unespar/Fecilcam – PG/UEM – dribeloti@gmail.com

RESUMO: Este trabalho discute os indícios de heterogeneidade *da* escrita por meio das expressões formulaicas presentes no nosso *corpus*: redações de candidatos do Vestibular de Verão/2012 da Fecilcam. O objetivo é refletir sobre a relação sujeito/linguagem pensando no modo heterogêneo de constituição da escrita pela abordagem teórica proposta por Corrêa (2004). A metodologia das análises sustenta-se no paradigma indiciário de Ginzburg. Entendemos que há uma heterogeneidade *da* escrita, constituída a partir da convivência entre as práticas orais/faladas e letradas/escritas.

PALAVRAS-CHAVE: Gênese da escrita; Dialogia; Escrita heterogênea.

ABSTRACT: We aim at analyzing the traces of heterogeneity *of* writing through formulaic expressions that belong to our corpus: compositions from applicants for the Summer College Entrance Exams/2012 at Fecilcam. In this paper, we discuss the relation subject/language by thinking about the heterogeneous mode of the writing constitution. The theoretical approach that supports our study is the one treated by Corrêa (2004). The evidential paradigm proposed by Ginzburg gives us the methodological support for the analysis. Therefore, we understand that there is heterogeneity *of* writing, which is established from the interaction between the oral/spoken and literate/written practices.

KEY-WORDS: Genesis of writing; Dialogism; heterogeneous writing.

Introdução

São cada vez mais constantes discussões e reflexões que tratam sobre os usos da linguagem. Diferentes concepções direcionam os trabalhos, possibilitando diversas abordagens a partir da perspectiva teórica que os sustenta e conforme os objetivos a serem alcançados. Nem todas as vertentes consideram em seus estudos os sujeitos, que se constituem como tais na/pela linguagem, ou as condições de produção dos textos em análise.

Contudo, a noção de sujeito torna-se fundante para os trabalhos que tratam de sua relação com a linguagem. Concebê-lo como indivíduo ou assujeitado corresponde a não incluí-lo nos estudos que consideram a relação sujeito/linguagem. Diferente dessa abordagem é preciso tomá-lo, por exemplo, conforme propõe Corrêa (2004), como *individuação*, ou seja, como uma posição historicamente construída, sendo produto de sua inserção em práticas sociais, históricas e ideológicas, individuando-se pelas relações específicas que tem com sua constituição heterogênea.

Quando falamos em textos, distinguimos os falados e os escritos. Algumas concepções entendem que a fala interfere na escrita. Certas análises equivocadas, por exemplo, a respeito

¹ Agradecemos a leitura e as orientações da Professora Dra. Cristiane Carneiro Capristano (UEM) para a produção deste trabalho.

dos “erros”² nos textos escritos partem dessa corrente, de que a escrita é resultado da transcrição literal que o escrevente faz da (sua) fala. Sustentados em Corrêa (2004), não concordamos com tal embasamento, pois, para nós, a escrita é processo, concepção que permite entendê-la pela relação do sujeito com a linguagem e, conseqüentemente, do oral/falado e letrado/escrito. Tanto a fala quanto a escrita são modos de enunciação, fatos linguísticos vinculados às práticas sociais de oralidade/letramento.

Toda essa reflexão é viabilizada a partir do entendimento de que há uma heterogeneidade *da* escrita, ou seja, de que a escrita é, por excelência, constitutivamente heterogênea, em oposição a uma heterogeneidade *na* escrita, como se ela pudesse ou não ser heterogênea. Fala e escrita não podem ser dicotomizadas, mas pensadas sempre juntas, enquanto fatos linguísticos ligados às práticas de oralidade/letramento, que são práticas sociais. Os indícios de oralidade na escrita funcionam como pistas do seu modo heterogêneo de constituição. Ao tomarmos a escrita como processo, analisamos a heterogeneidade até em sua base significativa e consideramos o que no produto mostra a constituição do processo.

Neste trabalho, refletimos sobre a relação sujeito/linguagem pensando no modo de constituição da escrita em sua suposta gênese e na dialogia com o já falado/escrito e já ouvido/lido, analisando as expressões formulaicas como, por exemplo, provérbios usados pelos escreventes, como pistas da recuperação que o sujeito faz da sua relação com a oralidade. Nosso principal objetivo é analisar esse modo de constituição da escrita, discutindo e analisando indícios de heterogeneidade. Assim como Côrrea, também adotamos como norte metodológico as proposições do paradigma indiciário enunciadas por Ginzburg (*apud* Corrêa, 2004).

Para tanto, organizamos este artigo da seguinte forma: primeiramente, especificamos e discutimos a abordagem teórica e metodológica que sustenta nossas reflexões; em seguida, descrevemos o *corpus* selecionado para análise, desde suas condições de produções (doravante CPs) até chegar aos resultados, passando, assim, pela coleta e seleção dos dados; por fim, desenvolvemos a análise do material selecionado, destacando as expressões formulaicas como indícios de heterogeneidade *da* escrita.

² Ao falarmos em “erro” seria necessário pensar o que, de fato, é considerado errado. Não nos deteremos nessa discussão, devido aos nossos objetivos. Entretanto, registramos que, por essa visão de escrita como resultado ou transcrição da fala, o errado seria todo uso diferente da variedade padrão da língua, independente das condições de produção do texto. Pelo nosso embasamento, recusamos tal proposição, conforme é apresentado no decorrer das reflexões que fazemos.

1. A heterogeneidade *da* escrita

Ao nos propormos a refletir sobre a heterogeneidade constitutiva *da* escrita, precisamos deixar claro nosso posicionamento quanto à relação fala e escrita. Não aceitamos as teorias mais tradicionais que as entendem como produtos estanques, em uma visão dicotômica que coloca esta como superior àquela. Se concordássemos com essa proposta, aceitaríamos que existe uma escrita pura e homogênea, porque esta seria sempre o padrão linguístico aceitável. Pela perspectiva discursiva, considerando, também, a história, tomamos nas análises, por exemplo, os sujeitos e suas diferentes relações com a linguagem, pensando a escrita como processo e não simplesmente como produto.

Segundo o viés que estamos negando, os textos escritos seriam transcrições da fala e toda marca de oralidade na escrita seria considerada erro, desvio da escrita idealizadamente correta. Portanto, recusamos, com base em Corrêa (2004), a dicotomia radical, a visão evolucionista e a autonomia da escrita. Entendemos a fala e a escrita como fatos linguísticos, modalidades de enunciação vinculadas às práticas sociais, historicamente estabelecidas, de oralidade e letramento.

Marcuschi (2001) também discute essas modalidades de enunciação segundo duas dimensões: a da oralidade/letramento e a da fala/escrita. De acordo com ele, tanto a oralidade quanto o letramento correspondem a práticas sociais interativas e apresentam-se por gêneros discursivos variados e de diversas formas, das mais às menos formais. A diferença é que a oralidade funda-se na realidade sonora, já o letramento está ligado às práticas de escrita. Quanto à dimensão seguinte, da fala/escrita, equivale a dizer que ambas são produções textual-discursivas, com a diferença de que a primeira não necessita de qualquer tecnologia, enquanto a segunda tem certas especificidades e constitui-se graficamente.

Conforme Corrêa, os fenômenos de fala e escrita “podem ser vistos enquanto fatos linguísticos e enquanto práticas sociais” e “não se pode deixar de considerar a íntima relação entre um fato linguístico e uma prática social. [...] os fatos linguísticos do falado/escrito são práticas sociais e estão ligados, portanto, às práticas orais/letradas.” (2004, p. 2). A escrita mantém com a oralidade uma “relação sempre dada e sempre inédita”, por isso é constitutivamente heterogênea. Práticas orais e letradas constituem-se mutuamente, mesclam-se umas às outras e tanto a escrita quanto a fala podem revelar pistas que indicam essa heterogeneidade, essa convivência de tais práticas.

Considerar a escrita heterogênea significa que assumimos, ancorados em Corrêa (2004), seu caráter de prática social e a concebemos em uma constante relação com outras práticas, afastando-nos, portanto, das tendências que a definem por fronteiras delimitadoras,

precisas, estanques. Assim, entendemos que não há, entre fala e escrita, uma delimitação dicotomizada. Ao contrário, enquanto fatos linguísticos, vinculados às práticas sociais de oralidade e letramento, ambas são heterogêneas desde sua base significativa, ou seja, são constitutivamente heterogêneas, há fatos linguísticos da fala e da escrita em ambas as práticas sociais. De acordo com Corrêa, estudos de textos escritos podem indicar tanto a relação que o escrevente mantém com a gênese da (sua) escrita quanto a relação dialógica com o já falado/escrito e ouvido/lido ou, ainda, a representação que faz do código escrito institucionalizado.

Na esteira de tais discussões, o modo heterogêneo de constituição da escrita é definido por Corrêa como

o encontro entre as práticas sociais do oral/falado e do letrado/escrito, considerada a dialogia com o já falado/escrito e ouvido/lido. Como elementos centrais dessa concepção, considero a circulação dialógica do escrevente – que pressupõe, em Bakhtin, o princípio dialógico da linguagem – e a imagem que o escrevente faz da escrita, tomada como parte de um imaginário socialmente partilhado, modo de recuperar a presença das práticas sociais na produção discursiva dos seus agentes (2004, p. 9).

Entendemos que o sujeito, usuário da linguagem, constantemente circula entre as práticas orais/letradas e faladas/escritas, podendo deixar indícios dessa circulação e do que imagina ser a gênese da (sua) escrita em seus textos. A relação dialógica com o já falado/escrito também pode ou não ser marcada e explicitada nos textos do escrevente.

Ao discorrer sobre o papel das práticas orais na definição da heterogeneidade da escrita, Corrêa afirma que “com relação a elas, a heterogeneidade da escrita se manifesta na convivência entre práticas sociais ligadas à civilização escrita (um quase sinônimo de ‘tradição escrita’) e à civilização oral...” (2010, p. 630). E complementa, dizendo que entende “por ‘convivência’ entre essas práticas, não o fato de elas não serem excludentes e coexistirem, isto é, não simplesmente em razão de elas manterem relações de vizinhança. Conviver significa, neste caso, ser parte constitutiva uma da outra.”.

Essa constante flutuação entre tais práticas é o que compõe a heterogeneidade *da* escrita. Para as correntes tradicionalistas, esses usos corresponderiam, comumente, aos erros ou desvios da escrita padrão, a única aceita para essa modalidade de enunciação. Para estudar a escrita do ponto de vista de sua heterogeneidade é preciso distanciarmo-nos dessa visão, no nosso entendimento, reducionista.

Para isso, Corrêa (2004) apresenta três eixos pelos quais o escrevente circula na representação que faz do que imagina ser: a gênese da (sua) escrita, o código escrito

institucionalizado e a dialogia com o já falado/escrito e já ouvido/lido. Os textos que compõem o *corpus* de análise deste trabalho são indícios do primeiro e do terceiro eixos, destacadamente. Dados nossos objetivos, nos dedicaremos à análise da representação que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita, apoiando-nos, então, no primeiro eixo. A recuperação do segundo e terceiro eixos também será necessária, devido às marcas de heterogeneidade que aparecem no material que analisamos. Quanto a essa divisão em três eixos, observamos, porém, que tem mais o objetivo de facilitar o entendimento e encaminhar as análises. Entretanto, todos dialogam entre si e mantêm uma relação constante. Os indícios de heterogeneidade flutuam entre um e outro eixo.

Quando o escrevente tem como origem de sua escrita a oralidade, tendendo a equiparar essas duas possibilidades de enunciação, ele circula pela representação que faz da gênese da (sua) escrita. Corrêa afirma que o modo de constituição da escrita em sua suposta gênese “refere-se aos momentos em que, ao apropriar-se da escrita, o escrevente tende a tomá-la como representação termo a termo da oralidade, situação em que tende a igualar esses dois modos de realização da linguagem verbal.” (2004, p. 10). E complementa dizendo que a

gênese da escrita consiste, portanto, na atribuição de um lugar para o oral/falado no letrado/escrito, ou seja, consiste num registro específico da relação entre esses pares e testemunha o trânsito próprio das práticas sociais. Ao mesmo tempo que esse trânsito põe às claras a falsa pureza da escrita, leva também o escrevente a supô-la como representação fiel do oral/falado no letrado/escrito, uma vez que, ao projetar um material significante (o fônico) no outro (o gráfico), ele tende a identificar as duas modalidades. (Ibid., p. 82-83).

Logo, analisar textos escritos tomando por base sua constituição heterogênea, a partir da constante relação entre fala/escrita, corresponde a determinar lugares específicos para oralidade/fala. Significa que entendemos que os modos de enunciação de fala e escrita convivem mutuamente. Não há uma relação de superioridade ou de interferência de uma na outra: há convivência.

O texto do escrevente também mantém uma relação com o já falado/ouvido e com o já escrito/lido, há uma relação dialógica com o já falado/escrito. Ao escrever, o sujeito escrevente coloca-se em relação com todas as experiências orais e escritas que já teve. Essa característica dialógica pode ser vista pelo caráter fundamental do dialogismo na utilização da linguagem em geral e, ainda, pelo caráter dialógico no modo de constituição da escrita.

Em relação ao caráter fundamental do dialogismo, toma-se por base o “fato de que a circulação pela imagem que o escrevente faz da (sua) escrita caracteriza-se como uma extensão da necessária dialogia estabelecida com outros textos, dialogia que regula qualquer

utilização da linguagem.” (CORRÊA, 2004, p. 229). Assim, quando um discurso vincula-se a outro, relação interdiscursiva estabelecida por teorias de cunho discursivo, evidencia-se sua ligação a outras práticas sociais.

Se fundamentalmente os usos da linguagem são dialógicos, é consequência, para nós, assumir o caráter dialógico na constituição da escrita, isto é, em sua base significante, em seu processo de constituição, a escrita também é dialógica, mantendo relação com as práticas orais/letradas com as quais o escrevente já conviveu.

Para empreendermos nossas análises quanto ao modo heterogêneo de constituição da escrita, analisando a relação do escrevente e a representação que faz do que imagina ser a gênese da (sua) escrita e a dialogia com o já falado/escrito, elegemos como fato linguístico, especificamente, as expressões formulaicas, que, em nosso *corpus*, funcionam como pistas que indicam a circulação do escrevente por práticas orais/letradas. Examinaremos como tais expressões podem ser vistas como pistas da heterogeneidade própria da linguagem, como, na escrita, desempenham o papel de indícios da relação que o escrevente estabelece com a oralidade. Uma das pistas que os usos de expressões formulaicas pelos escreventes dos textos do nosso *corpus* mostraram é de que funcionam como indício da representação que faz das práticas orais/faladas e letradas/escritas em (sua) escrita.

A argumentação de Corrêa é de que tais expressões, por estarem já “fossilizadas na *fala popular informal*”, começam a fazer parte da escrita. Para especificar o que entende por expressões formulaicas, Corrêa cita Dino Preti, que

“ao tratar da linguagem dos idosos, diz que os idosos ‘e, particularmente, os ‘idosos velhos’ têm facilidade em conservar em sua memória, com absoluta perfeição, frases-feitas, provérbios, refrões, expressões que, muitas vezes, remontam à sua infância’. E continua: ‘A melodia e a rima que, não raro, as acompanham, favorecem a permanência na memória’. A essas expressões fixas o autor chama ‘expressões formulaicas’.” (PRETI *apud* CORRÊA, op. cit., p. 144).

Segundo Alencar (2004) e Cazalato (2013), expressão formulaica está ligada, também, à noção de fórmula: usos da linguagem ancorados em um padrão pré-estabelecido, definido e repassado socialmente. Corresponde, geralmente, a expressões usadas nas práticas sociais de oralidade, que são passadas no tempo pela fala. O entendimento dos sentidos possibilitados pelo uso de tais expressões depende não só da decodificação de cada palavra/termo que compõe a expressão. Ao contrário disso, sua compreensão é bem mais complexa, pois exige, necessariamente, a recuperação de conhecimentos de mundo, além dos linguísticos, e o estabelecimento da relação com a situação na qual foi usada. É necessária, então, a

mobilização simultânea de aspectos da língua e do interdiscurso, recuperando a memória social e cultural no que se refere aos pré-construídos da língua inseridos e usados na sociedade. Isso mostra o caráter dialógico de constituição da escrita.

Para refletir sobre os usos de expressões formulaicas é preciso estabelecer todas essas relações, sair do âmbito estritamente linguístico e percorrer caminhos que consideram o interdiscursivo, o dialógico, os conhecimentos de mundo e, ainda, pensar no uso da expressão conforme a situação de enunciação.

Nesse sentido, é possível pensarmos nas expressões formulaicas como fato linguístico que, pelo seu uso no nosso *corpus*, dá pistas de como o escrevente circula pelo que imagina ser a gênese da (sua) escrita e a dialogia com o já falado/escrito. Categorizando, entendemos que podem funcionar como indício da dimensão da organização textual, eixo um especificado anteriormente, e da presença de outro enunciador, eixo três, fixado anteriormente, especificamente, pela remissão explícita a um autor e pela sustentação do dizer no que se estabelece como a voz do senso comum.

Analisar pistas linguísticas que nos permitem levantar hipóteses a respeito da representação que o escrevente faz sobre a gênese da (sua) escrita e a dialogia com o já falado/escrito, considerando a relação oral/falado e letrado/escrito, implica, além de uma sustentação teórica, o apoio em uma proposta metodológica que possibilite alcançar os objetivos.

Dessa forma, também com base em Corrêa (2004), tomamos o método indiciário, enunciado pelo historiador Ginzburg (1989), como parâmetro para nossas análises. Ao priorizarmos uma análise qualitativa e interpretativa, olhamos especialmente o *detalhe* e o *residual*, buscando as pistas que justificam nossas interpretações. Assim, detemo-nos naquilo que, aparentemente, não seria considerado para estudo, ou seja, dados que olhados cuidadosamente, com certa particularidade, revelam-se como o sujeito escrevente relaciona-se com a linguagem.

Procuramos, então, nas marcas gráficas, pistas, indícios, sinais que indiciam hipóteses sobre a relação do sujeito com a linguagem, sobre a relação fala/escrita possível de ser vista entre o sujeito, a linguagem e a história. Esses indícios, no nosso caso as expressões formulaicas, desempenham o papel de pistas que revelam aquilo que estamos buscando compreender: a maneira pela qual o escrevente representa aquilo que imagina ser a gênese da (sua) escrita e a dialogia com o já falado/escrito, a circulação que faz entre as práticas sociais de fala/oralidade e escrita/letramento.

2. O *corpus* da pesquisa: constituição e condições de produção

Os textos que compõem o *corpus* de análise deste trabalho são redações de candidatos do Vestibular de Verão/2012 da Fecilcam – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão³. Pela noção de gênese da escrita que apresentamos, justificamos a escolha do *corpus* porque entendemos, assim como Corrêa, que é possível estudá-la também na escrita adulta. Ao apresentar uma de suas recusas teóricas, aquela que nega a gênese como a unidade de um acontecimento, de um ato e de um lugar, diz entendê-la também como o “teatro dos recomeços” e explica: “tratar a gênese da escrita como o ‘teatro dos recomeços’ significa acreditar na possibilidade contínua de observar aspectos da constituição da escrita também na escrita adulta.” (2004, p. 87).

A seleção do material tomado para nossas análises deu-se da seguinte forma: a) escolhemos, aleatoriamente, um dos cursos para os quais teve Vestibular de Verão/2012; b) analisamos as redações de todos os candidatos a esse curso, totalizando 248 textos; c) desse total, destacamos aquelas que contêm expressões formulaicas como um dos indícios de heterogeneidade *da* escrita, o que resultou em 95 redações; d) desse *corpus* de 95, selecionamos aquelas que obtiveram nota entre 2,0 e 4,0, por ser uma variável bastante recorrente, e, assim, chegamos aos 62 textos analisados especificamente para este trabalho. Nas análises, nem todos os textos são apresentados, porém, todos foram considerados para emprendermos nossas reflexões.

De acordo com o programa que consta no Manual do Candidato (Fecilcam/Vestibular de Verão/2012, p. 48), a prova de redação “constitui-se em um processo conjunto de leitura e produção escrita [...] e objetiva avaliar a competência textual e discursiva do candidato.”. O atendimento ao tema e ao gênero discursivo proposto, questões de coesão e coerência, respeito à variedade padrão e argumentação (quando é o caso) fazem parte dos critérios de avaliação.

No que diz respeito, especificamente, à prova de redação, esta é feita em um impresso à parte do caderno que contém as demais questões. Esse impresso apresenta, na capa, espaços para dados do candidato (número de inscrição, RG e o curso pretendido), instruções para realização, a informação de que a redação é eliminatória e de que não será fornecido outro impresso para essa prova. Na contracapa são apresentadas as orientações específicas para a produção escrita e os textos de apoio. Além disso, há uma folha de rascunho que acompanha o impresso e deve ser entregue juntamente com a versão definitiva.

³ Por aspectos éticos de pesquisa, não identificaremos o curso nem os candidatos. Distinguiremos os textos usados nas análises por números, que não têm qualquer relação com a identificação dos candidatos.

Nesse vestibular, os candidatos deveriam produzir um texto do gênero Resposta Argumentativa, para a pergunta: “A vingança é uma das vias para fazer justiça?”. A própria pergunta e os quatro textos de apoio indicavam a temática a ser abordada. Parte de uma reportagem da Revista Veja, um ditado popular, uma letra de música e uma charge compunham os textos que os candidatos deveriam ler e usar como apoio para a produção.

Em síntese, a prova de redação é uma resposta a uma solicitação e é resultado dos conhecimentos de mundo e da leitura que os candidatos fazem dos textos apresentados como apoio, da questão-tema, do contexto, dos próprios encaminhamentos e daquilo que imaginam ser o ideal e o melhor a escrever, aquilo que, supostamente, agradará quem avaliará sua prova. Além disso, como a escrita é constitutivamente heterogênea, o escrevente pode deixar ou não indícios da circulação que faz pelas práticas orais/letradas, indiciando a representação que faz da gênese da (sua) escrita e a dialogia com o já falado/escrito.

3. A heterogeneidade da escrita e o corpus em análise: circulação do escrevente pela gênese da (sua) escrita e pela dialogia com o já falado/escrito

Nos textos que nos servem de material para análise, práticas orais e letradas convivem mutuamente. Buscamos trabalhar com as expressões formulaicas como pistas linguísticas que indicam a atuação das práticas orais do sujeito escrevente em suas práticas escritas, isto é, momentos em que o escrevente parece experimentar reproduzir a fala, da maneira como costuma usá-la nas demais práticas.

Nos 62 textos usados nas análises, tivemos 70 ocorrências de expressões formulaicas que funcionam como indício de heterogeneidade da escrita, ou seja, um mesmo texto, às vezes, continha mais de um indício. Conforme a noção de expressões formulaicas que apresentamos, entendemos tais expressões como fixas, fossilizadas, cristalizadas socialmente, com usos recorrentes em enunciados orais e escritos, sem alteração. Dentro das expressões formulaicas, destacamos os provérbios⁴. Assim, categorizamos as 70 ocorrências entre: provérbios sem marca (sem remissão a autor, sem aspas); provérbios com marca (quando o escrevente explicitamente marca que aquele enunciado não o pertence); expressões formulaicas típicas da sociedade, considerando sua circulação social. Quantitativamente, temos: 14 provérbios com marca; 23 sem marca; 33 expressões típicas da sociedade.

Referir um provérbio a um autor específico não é possível. Porém, os escreventes, ao usar tais expressões, podem, por vezes, fazer remissão explícita a um autor qualquer (não

⁴ Conforme mostramos anteriormente, entendemos a noção de expressões formulaicas como mais ampla que a de provérbios, estando estes incluídos naquelas.

necessariamente identificado), explicitando que aquele enunciado não é seu. Exemplos desse tipo temos em:

“...Uma grande porcentagem das pessoas acredita no ditado popular **‘aqui se faz, aqui se paga’**, pois na hora da raiva...”. (Texto 01).

“Por fim, vale destacar também o ditado popular **‘não faça com os outros o que não gostaria que fizessem com você’**, e baseando-se nele podemos...”. (Texto 02).

“Se concordarmos que a vingança é uma das vias para fazer justiça, teríamos também [sic] que concordar com a expressão **‘olho por olho e dente por dente’**, aonde [sic] não se respeita...”. (Texto 03).

“Quem nunca ouviu a famosa frase **‘a vingança nunca é plena, mata a alma e a envenena’**? Pois é...”. (Texto 04).

Esses provérbios, que funcionam como verdades, já que são passados de geração a geração, são indícios da representação que o escrevente faz sobre o que imagina ser a dialogia com o já falado/escrito. Essa dialogia, nesses exemplos, é marcada pelas modalizações que precedem os provérbios e, ainda, pelo uso de aspas⁵, que desempenham, justamente, o papel de marcar citação, atribuição de enunciados a outros enunciadores. Observamos, também, que os ditados aludem à vingança e são apresentados por aqueles que se assumem como conhecedores, com a instituição, de outros ditados populares.

Outra possibilidade de interpretação sobre tais usos diz respeito ao caráter argumentativo que podem assumir. É possível entendê-los como recurso argumentativo, usado pelo escrevente com o objetivo de relacionar seu enunciado a outros já cristalizados e, por isso, não questionáveis. Assim, temos um indício de interlocução com outras práticas orais/letradas e faladas/escritas com as quais o escrevente já conviveu.

A retomada do enunciado “..a vingança nunca é plena, mata a alma e a envenena...” (Texto 04), parece conduzir a interpretação para a atribuição de autoria. O escrevente recupera, nesse caso, um enunciado comum do seriado de TV *Chaves*, possivelmente por pressupor que o mesmo é conhecido na sociedade e, assim, que é necessária sua retomada em seu texto. Alguns outros exemplos colocam esse enunciado explicitando a autoria: “Pessoal, **como diz o personagem ‘Chaves’ A vingança nunca é plena mata a alma e te envenena [sic]**.”. (Texto 11). Os efeitos de sentido possibilitados por esse enunciado não dependem

⁵ Maingueneau (1997), apoiado em Authier-Revuz, discute sobre as várias funções que os usos de aspas podem exercer, afirmando que “designam a linha de demarcação que uma formação discursiva estabelece entre ela e seu ‘exterior’.” (p. 90). Assim, para o autor, as aspas podem ser, ainda, de *diferenciação, condescendência, pedagógicas, proteção, ênfase*, entre outros fatores. Para esses dois estudiosos, tais usos de aspas são marcas da chamada *heterogeneidade mostrada*.

somente de uma interpretação restrita à frase, mas pede o estabelecimento de relações, por exemplo, com o contexto no qual, comumente, é usado – o seriado da TV *Chaves*, conhecido pelo tom de comédia. O escrevente retoma um provérbio, visto por ele como conhecido na sociedade, supostamente, porque, para ele, isso contribui com a linha argumentativa de seu texto, especialmente, por explicitar a “quem” pertence. Podemos pensar, ainda, que esse fato constitui um argumento de autoridade, afinal, trata-se de um personagem, visto pelo escrevente, como famoso, que ele usa para estabelecer relações entre o tema e sua vivência. É possível considerarmos que o escrevente pensa ser necessário “provar” as afirmações que faz, a fim de dar maior credibilidade a seu texto, demonstrando conhecimento, capacidade de assimilar o tema a elementos de seu cotidiano.

Além disso, ao usar provérbios conhecidos na sociedade, o escrevente também parece sustentar o aparecimento de outro enunciador naquilo que é estabelecido como a voz do senso comum, deixando mais um indício da circulação pela dialogia com o já falado/escrito. As formas do oral/falado são retomadas porque o escrevente parece considerá-las como consagradas e, então, com alto poder argumentativo. Nesse sentido, mais que funcionarem como indícios da representação que o escrevente faz pelo que imagina ser a dialogia com o já falado/escrito, também são indícios da representação que o escrevente faz sobre o que imagina ser a gênese da (sua) escrita, como se tivesse, necessariamente, que reproduzir enunciados comumente usados nas práticas orais. Considerando as CPs da prova, que apresentou como um dos textos de apoio um ditado popular, entendemos que esse uso pode ser explicado pelo eixo 2 da proposta de Corrêa, isto é, pela apropriação da escrita em seu estatuto de código escrito institucionalizado, pois o próprio vestibular autorizou o uso de ditados populares, constituindo a representação que o escrevente faz do institucionalizado para (sua) escrita.

No nosso ponto de vista, o uso de provérbios sem a marca explícita de remissão, seja a um autor (mesmo que indefinido) seja à voz do senso comum, funcionam como recurso da organização do texto e, assim, como indícios da representação que o escrevente faz sobre a gênese da (sua) escrita, vista como o lugar de retomar, sempre, enunciados do oral/falado.

No exemplo “... Muitas pessoas falam que **a vingança é um prato que se come frio**, mas que gosto é esse de vingança...”. (Texto 05), o escrevente recupera um provérbio, mas não marcadamente. Podemos dizer que há a retomada de uma expressão tipicamente oral, difundida na sociedade, porém, não há atribuição de autoria, não há, explicitamente, a posição de que o enunciado não lhe pertence. O escrevente reconhece que o ditado não é seu, mas pertence a muitas pessoas. Dessa forma, o provérbio participa da organização textual e, assim,

podemos entendê-lo como início da representação que o escrevente faz sobre a gênese da (sua) escrita, circulando por práticas orais/letradas que são trazidas para as práticas de letramento/escrita, constituindo a heterogeneidade *da* escrita. Ainda, é possível pensarmos que o escrevente tem esse ditado como já pertencendo a si: muitas pessoas o falam e, então, ele também se apropria dele.

Temos exemplos, ainda, da flutuação do escrevente entre a prática de ora marcar ora não marcar os provérbios usados em seu texto. Na passagem “Afinal, **violência só gera violência**, e partindo da premissa vingativa, sabe-se que, ‘**olho por olho, e o mundo acabará cego**’.” (Texto 06), o escrevente retoma duas expressões, difundidas na sociedade por práticas orais, às quais não é possível atribuir uma autoria determinada. As duas situações, juntas, indicam como o escrevente circula pelos dois eixos de relação entre as práticas orais/faladas e letradas/escritas, influenciando tanto na organização do texto, dando pistas da representação da gênese da (sua) escrita, quanto na relação com o dialógico com outras práticas já vivenciadas.

Estudando os provérbios parodiados, Corrêa (2010, p. 626) diz que podem ser vistos como “registros da relação que o sujeito mantém com o já-dito, e não, simplesmente, como marcas de fragmentação ou de falta de coerência”. Algumas perspectivas mais tradicionalistas poderiam entender os usos de expressões formulaicas como “erros”, observando que a fala interfere na escrita e, por isso, esta é errada. Conforme temos discutido, não concordamos que a fala interfere na escrita, mas que ambas convivem mutuamente e, portanto, as expressões formulaicas nos textos escritos não podem ser vistas como “erros” ou “desvios”, mas, justamente, como indícios da heterogeneidade *da* escrita.

Relacionando os textos em análise às suas CPs, precisamos considerar o gênero discursivo do texto a ser produzido (resposta argumentativa) e a própria situação, que pede o uso da norma culta da língua (de acordo com as instruções constantes no caderno de provas), fatores que, a princípio, não possibilitariam o uso de expressões formulaicas. Entendemos que essa visão seria possível se nos colocássemos na perspectiva tradicionalista, da escrita vista como superior à fala e, portanto, homogênea e pura. Ao aceitarmos que os fatos linguísticos de fala e escrita estão relacionados às práticas sociais do oral/letrado e que convivem mutuamente, defendemos que tais fatos e práticas estão, sempre, relacionados e, assim, não podemos dizer que enunciados típicos da fala não podem aparecer em textos escritos (como acontece no nosso *corpus*). Embora o gênero, a priori, não “aceite” o uso de expressões formulaicas, a imagem que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita e da dialogia com o já falado/escrito é o que parece explicar tais usos, conforme estamos discutindo.

Além disso, outra hipótese que levantamos para o aparecimento de tantos provérbios está relacionada ao fato de um dos textos de apoio ser um provérbio (ou ditado popular, como aparece no encarte da prova de redação). Ademais, o tema – vingança e sua relação com a justiça –, que julgamos estar presente, em geral, no cotidiano social, pode ter levado os escreventes a se apropriarem dessas expressões, que indicam a predominância do senso comum, das tradições orais e suas representações e significados transmitidos de geração a geração.

Temos no nosso *corpus*, também, expressões formulaicas usadas comumente na sociedade, em geral, em práticas orais/faladas. Vejamos o exemplo: “... pela sensação de satisfação que vai sentir ao ver a pessoa que de algum modo te atingiu, sofrendo, sendo humilhada ou **algo do gênero**.” (Texto 07). Quando está elencando os sentimentos que a pessoa pode ter ao se vingar, para finalizar sua enumeração o escrevente usa uma expressão fixa (“algo do gênero”), cujo sentido precisa ser recuperado das práticas sociais, tipicamente orais/faladas. O escrevente parece não definir exatamente mais que dois sentimentos, mas deixa parecer que podem ter mais, porém, ligados aos sentimentos já explicitados (sofrimento e humilhação).

Outros exemplos de expressões típicas da sociedade, usadas frequentemente em práticas orais/faladas que são recuperadas pelo escrevente são:

“... pois a vingança simplesmente é o fato de você querer **dar o troco**, e, isso não leva há nada [*sic*], você não precisa querer se vingar por algo que não gostou, simplesmente tem que mostrar que é capaz de **dar a volta por cima**, sem prejudicar o próximo.” (Texto 08).

“... pois além de corromper a pessoa, lhe trás rancor [*sic*], ódio e desprezo, e **ainda por cima** ela não consegue nada com isto...” (Texto 09).

“**E vamos concordar** que todos gostam de ter o prazer de se **sair por cima**, mesmo sabendo que alguém saiu prejudicado.” (Texto 10).

Nesse último exemplo, parece ser possível, também, a interpretação de que o escrevente busca chamar seu interlocutor. Ao usar a expressão “E vamos concordar” ele dá pistas de estar preocupado com seu interlocutor e, por isso, o chama a participar do texto.

Para nós, as expressões formulaicas funcionam como pistas linguísticas que indicam a circulação do escrevente pelo que imagina ser a gênese da (sua) escrita, porque são constitutivamente heterogêneas, ou seja, são partilhadas socialmente e, assim, seus sentidos também são partilhados e dependem, conforme já expusemos, de uma parte pragmática para serem estabelecidos, isto é, só são enunciados interpretáveis se colocados a partir da situação de enunciação. Tais expressões parecem indicar, dessa forma, situações de enunciação das

quais o escrevente fez parte e, portanto, elas o constitui e, nesse momento, indicam a heterogeneidade *da* (sua) escrita.

Corrêa afirma que em seu estudo (2004): “a relação entre o oral/falado e o letrado/escrito evidencia que o escrevente faz uma representação da gênese da (sua) escrita como uma transcrição fiel do oral/falado, incluindo as referências pragmáticas à situação imediata de enunciação.” (Ibid., p. 148). Relacionamos a afirmação do autor também às nossas análises, entendendo-as, de fato, como indícios da representação que o escrevente faz do que imagina ser a gênese da (sua) escrita, isto é, de sua convivência com práticas orais/faladas, e, também, do que imagina ser a dialogia com o já falado/escrito, deixando pistas de sua circulação dialógica por outras práticas orais/faladas e letradas/escritas já vividas, de sua convivência com um já-dito.

Conclusão

Retomando a justificativa que encaminhou este trabalho, defendemos que investigar a circulação do escrevente pela representação que ele faz do que imagina ser a gênese da (sua) escrita e a dialogia com o já falado/escrito pode possibilitar que o professor, por exemplo, escolha conteúdos, materiais didáticos e encaminhamento de atividades que considerem as diferentes relações que os estudantes-escreventes podem manter entre as práticas sociais orais/faladas e letradas/escritas, dando condições, ainda, para que o escrevente reflita sobre sua própria escrita, considerando tais relações, os lugares específicos que são atribuídos para a oralidade na escrita e, ainda, para a escrita na oralidade.

Em síntese, os enunciados analisados funcionam como provérbios, ditados populares e expressões formulaicas que atuam no primeiro eixo de circulação do escrevente pela gênese da (sua) escrita, pois foram passados de geração a geração, em geral oralmente e, dessa forma, não há, via de regra, uma preocupação em atribuição de autoria. Entretanto, em alguns casos, como pudemos observar, o escrevente explicita que este dizer (do provérbio) não é exclusivamente seu, levando-nos, então, a relacionar tal uso com as proposições do eixo previsto por Corrêa sobre a relação do escrevente com a dialogia, com o já falado/ouvido e já escrito/lido. Pelas pistas linguísticas desses usos, uma possibilidade de análise é dizermos que tais usos podem configurar a chamada *remissão explícita* a outro enunciador e a *sustentação do dizer no que se estabelece como a voz do senso comum* (CORRÊA, 2004, passim.).

Ressaltamos, entretanto, que embora pareça, em um primeiro momento, que o escrevente tem consciência dessa circulação dialógica, ao usar os ditados populares marcadamente como pertencendo a um já falado/ouvido e já escrito/lido, essa consciência não

existe, pois toda expressão linguística demonstra a atuação das práticas orais/letradas no escrevente. Todos os usos da linguagem indicam a circulação por práticas orais/letradas. Tal fato é explicável, também, pela concepção de sujeito que assumimos: negando que haja um sujeito consciente ou assujeitado.

Analisar a gênese da escrita possibilita-nos, também, concluir que a escrita não tem autonomia em relação à fala, que é constitutivamente heterogênea, desde sua base significativa, e, portanto, que as práticas orais/faladas a constituem. Ao contrário, entendemos a heterogeneidade *da* escrita, isto é, que a escrita é constitutivamente heterogênea, em oposição a uma heterogeneidade *na* escrita, como se ela pudesse ou não ser heterogênea, como se a composição da heterogeneidade viesse de fora e, assim, como se houvesse uma escrita “pura” e homogênea.

Pelas proposições que apresentamos esperamos, então, ter deixado claro nosso posicionamento quanto ao entendimento da escrita e da fala, negando uma dicotomização radical entre ambas. Além disso, objetivamos que tenha ficado evidente a importância de se pensar a escrita por esse viés heterogêneo, a fim de refletir sobre a circulação do escrevente pela representação daquilo que imagina ser a gênese da (sua) escrita e a dialogia com o já falado/escrito.

Referências

ALENCAR, R. B. **E aí? Uma proposta descritiva das expressões formulaicas para português L2 para estrangeiros**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2004. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica. Programa de Pós-Graduação em Letras do Departamento de Letras. Rio de Janeiro, 2004.

CAZELATO, S. E. de O. A ocorrência espontânea de expressões formulaicas no contexto patológico: estudo da competência pragmático-discursiva. **Estudos linguísticos**, XXXV, p. 1786 – 1792, 2006. Disponível em <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/939.pdf>>. Acesso em 24 jan. 2013.

CORRÊA, M. L. G. **O modo heterogêneo de constituição da escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. Encontros entre prática de pesquisa e ensino: oralidade e letramento no ensino da escrita. **Perspectiva**, v. 28, n. 2, p. 625 – 648, jul./dez. 2010. Disponível em <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rp/v28n02/v28n02a14.pdf>>. Acesso em 24 jan. 2013.

FECILCAM, Faculdades Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. **Manual do Candidato**. Vestibular de Verão/2012. Disponível em <http://www.vestibular.fecilcam.br/documentos/manual_candidato.pdf>. Acesso em 22 jan. 2013.

LUIZ-SOBRINHO, V. V. Heterogeneidade da escrita, gênero do discurso e pontuação não-convencional em bate-papos virtuais. **Hipertexto**, 2009. Disponível em <<http://www.ufpe.br/nehte/hipertexto2009/anais/g-1/heterogeneidade-da-escrita.PDF>>. Acesso em 24 jan. 2013.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução Freda Indursky. 3. ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.

Enviado para publicação em setembro de 2013

Publicado em abril de 2014